



Anais da Assembléia

N.º 30

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE ABRIL DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 24.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1983
(Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos,
secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Nelson Buffara.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Fuad Nacli, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tércio Albuquerque (36); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Werner Wanderer, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acyr Mezzadri, Aírton Cordeiro, Antônio Anibelli, Basílio Zanusso, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Gilberto Carvalho, Irondi Pugliesi, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Nilso Sguarezi, Quielse Crisóstomo, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado e Tuguio Setogutte (21); e em licença, Wilson Fortes (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Para completar a representação do PDS na CPI da Saúde, indico o nome do Deputado Tércio Albuquerque.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Líder do PDS.

INDICAÇÃO

A Liderança do PDS vem indicar, para composição da CPI dos Municípios, o nome dos seguintes Srs. Deputados:

Titulares:

ODENI MONGRUEL

IVAN GUBERT

AUGUSTO CARNEIRO

Suplentes:

TÉRCIO ALBUQUERQUE

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

TUGUIO SETOGUTTE

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, Líder do PDS.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ALEXANDRE SCREMIN, ocorrido no dia 11 de abril próximo passado.

O extinto era agricultor, um dos fundadores do Município de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1983.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo às Lideranças dos partidos políticos junto ao Congresso Nacional e nas diversas unidades da Federação, no sentido de que manifestem o seu mais irrestrito apoio à realização de eleições diretas para a Presidência da República.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja expedido um documento desta Casa de Leis, endereçado ao Sr. MÁRIO FORASTIERI e Família, ele Vice-Prefeito de Itambé, externando profundo pesar desta Casa pelo falecimento do jovem NIVALDO FORASTIERI, filho de Mário Forastieri e Nathalina Cavallari Forastieri.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente à Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, solicitando que a mesma envide esforços no sentido de implantar Colégio Agrícola no Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Fênix é um dos mais importantes do Estado do Paraná, no setor agrícola. Ali se produz uma gama de produtos que auxiliam grandemente o Estado em sua arrecadação. Centro entre diversos municípios daquela região do Norte do Estado, não conta com o amparo a sua agricultura, quanto à formação de profissionais que possam atendê-la e melhorar a sua produção, o que por certo traria mais divisas para o nosso Estado.

Daí então requerermos o presente para sabermos da grande necessidade que tem o município de ter escola especializada

nesta área importante para o desenvolvimento não só da região, como também do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Sr. Presidente da COPEL, para que o mesmo envie esforços no sentido de ampliação da rede de iluminação pública em diversos setores do Município de Ubatã.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ubatã tem em sua sede a maioria da população, que atualmente gira em torno de quase trinta mil habitantes, todos agricultores e de renda relativamente pequena, necessitando os meios de melhores benefícios para minorar o sofrimento cada dia maior em virtude do alto custo de todos os produtos e bens de consumo, e para melhorar seu "modus vivendi" é necessário que se implante rede de iluminação pública para que os mesmos possam gozar de tão importante benefício.

Sendo assim, solicitamos reforçando pedido já formulado pelo Prefeito Municipal daquela importante comuna, que se estenda a rede de iluminação pública em diversos setores daquela sede do município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, do memorial publicado no jornal "Gazeta do Povo", denominado "Gazeta defende fortalecimento do Paraná".

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Deni Schwartz, e ao Diretor Geral do DER, Dr. Olivo Zanella, no sentido de viabilizar a construção de uma passagem inferior (trincheira) no acesso Cambé - Londrina, no contorno Sul, denominado "Trevo da Morte".

Outrossim, informamos que existe uma planta na seção de Estudos e Projetos do Departamento de Estradas de Rodagem.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1983.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sugerindo que as cidades de Cambé e Ibiaporã sejam elevadas à categoria de Entrância Intermediária.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1983.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Osmar Dias, digno Presidente da CAFE DO PARANÁ - Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, pedido de Informações para que sejam respondidos os seguintes quesitos:

1. Qual o montante de dívidas pendentes na Cafe do Paraná?
2. Quais os motivos da não execução, se por motivos políticos ou outros?
3. Especificar montante de duplicatas vencidas de compradores de sementes e assistência mecanizada. Por que não foram executadas?
4. Especificar montante de cheques sem cobertura, no ano de 1982, e os motivos que impediram a execução.
5. Especificar montante da dívida do Sr. Antônio Ueno. Proveniente de que? E por que não foi saldada?

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1983.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que se tome providências para a criação de um Distrito Rodoviário no Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Ivaiporã, uma das principais da região, reivindica hoje a instalação de um Distrito Rodoviário naquela localidade, tendo em vista o grande escoamento de veículos, inclusive de carga pesada, que circulam no interligamento das rodovias daquela região.

Atualmente, Ivaiporã pertence ao Distrito Rodoviário de Guarapuava, cuja distância é de 170 quilômetros, o que dificulta o bom desenvolvimento rodoviário naquela região, principalmente naqueles momentos em que o município necessita dos maquinários e veículos do DER, para resolver problemas rodoviários emergenciais.

Vale justificar ainda, que tal reivindicação atenderia não só as necessidades de Ivaiporã, como também as necessidades de todos aqueles municípios localizados na região Central do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de Expediente ao Ilustríssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, com a finalidade de solicitar àquela autoridade administrativa, sejam enviados todos os esforços no sentido de, no Município de Engenheiro Beltrão, evitar-se a construção do novo terminal rodoviário, em local diverso do já existente, embasando solicitação com os seguintes motivos:

1. O terreno onde se pretende construir a nova estação rodoviária de Engenheiro Beltrão, além de ser acidentado, encontra-se em local distanciado no núcleo do município, há mais de três quilômetros do centro da cidade, sendo que os moradores da periferia da cidade teriam que percorrer o dobro deste trajeto, para servir-se do terminal.
2. De outra parte, no local onde atualmente encontra-se

a rodoviária, todos os serviços de terraplanagem já foram executados, bem como os serviços de infraestrutura como vias de acesso, pavimentação asfáltica, melhoria de rede de água e energia elétrica, ajardinamento, etc... serviços que acarretariam ao município, construída nova rodoviária em local diverso da já existente, despesas de custos superiores a cinquenta milhões de cruzeiros, insuportáveis para a administração do município, a qual, presentemente, não se encontra em condições de arcar com tão pesado ônus.

3. De outra parte, o local em que a administração municipal entende como o correto para receber a construção da nova rodoviária, está posicionado no centro da cidade, onde se concentra oitenta por cento da atividade comercial, facilitando, sobremaneira, a movimentação daqueles que se dirigem à localidade para efetuar suas compras.

4. Ademais, neste local já existe a estação rodoviária antiga a ser remodelada, com área de mais de 4.000 m², em terreno totalmente plano, com pavimentação pronta e perfeito sistema de água e energia elétrica, o que, por si só, dispensa qualquer investimento nestes setores.

5. Assim, é da mais justa a medida solicitada, que está carecendo das gestões da Secretaria de Estado dos Transportes, para que este erro seja sanado.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, Dr. Léo de Almeida Neves, solicitando abertura de uma agência da referida organização, no Distrito de Pinhal de São Bento, Município de Santo Antônio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O populoso distrito fica distante da sede do município em trinta quilômetros e produz abundantes safras de cereais.

Possui entreposto da COOPAVEL e os lavradores há vários anos vêm reclamando a instalação de uma agência do Banco do Estado do Paraná S/A naquela localidade, para melhor desempenho de suas atividades, prejudicadas em razão da obrigatoriedade de hoje percorrerem mais de 30 km, para suas operações de crédito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, solicitando informações sobre o plano de ampliação da rede de eletrificação rural para os Municípios de Cascavel, Corbélia, Catanduvas, Três Barras do Paraná, Guaraniáçu, Laranjeiras do Sul, Boa Vista da Aparecida, Cafelândia do Oeste, Vera Cruz do Oeste, Braganey, Capitão Leônidas Marques e Céu Azul.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

São muitos os pedidos de instalação de rede elétrica em propriedades rurais desses municípios. Conhecemos o programa do Governo na aplicação desse melhoramento, e sustentamos pedido de informações a respeito do assunto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, Dr. LUIZ CORDONI JÚNIOR, solicitando a instalação de um Posto de Saúde na localidade de Pinhal de São Bento, Município de Santo Antônio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

A população do Distrito de Pinhal de São Bento é obrigada a percorrer 30 km para um atendimento médico na sede do Município de Santo Antônio do Sudoeste.

Há mais de três anos os moradores de Pinhal de São Bento, reivindicam a instalação de um posto de saúde, que atenderá os moradores da populosa localidade, especialmente os mais carentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo intitulado "O livro do Dr. Lauro Grein Filho, pleitoriza a "Hora de Lembrar", de autoria do professor Valfrido Piloto, da Academia Paranaense de Letras, publicado na edição de hoje do jornal "Gazeta do Povo".

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão ao eminente Dr. Lauro Grein Filho e ao erudito professor Valfrido Piloto.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 30/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Dr. JOSÉ ALENCAR FURTADO.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

(Justificativa feita em plenário)

PROJETO DE LEI Nº 31/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Será nomeado diretor de escola pública estadual o professor que, em eleição direta, obtiver o maior número de votos, para exercer um mandato de dois anos.

Art. 2º — A eleição a que alude o artigo anterior será realizada em dois turnos, mediante voto secreto.

Art. 3º — No primeiro turno serão escolhidos os três professores mais votados, que comporão a lista de candidatos aptos a participar do segundo turno de votação.

Parágrafo único — Neste turno cada eleitor poderá votar em até três candidatos.

Art. 4º — Será proclamado vencedor da eleição o professor que obtiver maior número de sufrágios no segundo turno de votação.

Parágrafo único — Neste turno cada eleitor votará num único candidato.

Art. 5º — Poderão ser candidatos os professores com, pelo menos, cinco anos de efetivo exercício do magistério, que manifestarem esse desejo.

Art. 6.^o — Os candidatos deverão estar em exercício e possuir habilitação compatível com o maior grau de ensino na unidade escolar.

Parágrafo único — Os atuais diretores que pretenderem concorrer, deverão se desincompatibilizar de seus cargos, até quinze dias antes das eleições.

Art. 7.^o — Serão eleitores aptos a votar no primeiro turno:

I — os professores efetivos em exercício na unidade escolar;

II — Os professores regidos pela CLT, inclusive os municipais, em exercício na unidade escolar;

III — Os funcionários, efetivos ou não, em exercício na unidade escolar;

IV — Os alunos maiores de quinze anos;

V — o responsável legal pelo aluno menor de quinze anos.

Art. 8.^o — Serão eleitores aptos a votar no segundo turno:

I — Os professores, efetivos ou não, em exercício na unidade escolar;

II — Os funcionários, efetivos ou não, em exercício na unidade escolar;

Art. 9.^o — Os diretores auxiliares da unidade escolar serão escolhidos pelo diretor eleito e empossado.

Art. 10 — A Secretaria de Estado da Educação marcará as eleições trinta dias após a vigência desta lei, baixando as normas complementares necessárias para a sua realização.

Art. 11 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

Exaustivamente, os professores paraanaenses têm reivindicado o direito de escolher os responsáveis pelas direções das escolas públicas estaduais. Um dos seus objetivos é valorizar a escolha, ao mesmo tempo em que, minimizar a influência de outros fatores na decisão das autoridades competentes.

O atual Governo do Estado pretende promover algumas alterações nos critérios para essa escolha. Entretanto, não atende ao primeiro objetivo dos professores e nem consegue minimizar a influência de outros fatores no momento da nomeação do diretor da unidade escolar.

A lista tríplice, nos moldes em que está sendo proposta pelo Governo do Estado não exclui, absolutamente, a influência dos denominados "comandos políticos" tão combatidos pelos atuais detentores do poder administrativo do Paraná. Apenas flexibiliza o processo de escolha de três nomes. Porém, no essencial, não há dúvida de que o "comando político" será decisivo no ato de nomeação.

Assim, defensor desde a legislatura passada de um processo que atenda aos interesses profissionais dos professores do Paraná, ao formular o presente projeto de lei, espero aproximar a presente proposta do que sempre pretenderam os integrantes da classe do magistério. A nomeação do professor mais votado é, basicamente, respeitar a vontade democrática dos eleitores e, igualmente, uma fórmula simples de afastar o constrangimento possível de um professor mais votado ser preterido por outro, simplesmente porque o poder político majoritário assim o deseja.

O SR. PRESIDENTE -- (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com o devido respeito e a devida vênia, estamos aqui novamente da tribuna apenas para uma sugestão.

Com relação ao problema do relógio-ponto; que se ponham policiais e que se dêem também a vantagem do relógio de vigia, que de cinco em cinco minutos os funcionários continuem batendo o ponto, porque é uma beleza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma maravilha vermos o clima de terror implantado nesta Assembléia, clima de terror que Hitler implantou na Alemanha, que Mussolini implantou na Itália, que Idi Amin implantou na África.

São os intelectuais, os homens que têm diploma, os homens que têm o coração voltado para essa plêiade de funcionários que ganham uma "barbaridade".

Esta Assembléia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa do meu Paraná, merece respeito e seus funcionários, muito mais. Não vamos querer, como dizia Erondy Silvério, ser professor de Deus, não vamos querer de um momento para o outro, virarmos patrulheiros. Então, que se ponha patrulha armada para saber se o funcionário bate o ponto.

É apenas uma sugestão, Srs. Membros da Comissão Executiva. Ponham policiais para continuar o patrulhamento certo, para que o relógio-ponto funcione, para que os criminosos funcionários continuem ser policiados, para que esses homens e mulheres, funcionários deste Poder, passem pelo vexame de serem policiados por policiais armados.

Não é desafio, Sr. Presidente, Srs. Deputados e membros da Comissão Executiva, que eu respeito, mas erraram e persistiram no erro. Desabusaram desbragadamente de um pedido de um moço, de um Deputado da própria bancada situacionista. Talvez seja um descuido.

Então, a sugestão deste Deputado, deste homem que não teve a felicidade de sentar-se nos bancos das faculdades, deste homem que não quer outra coisa senão o bem-estar de sua terra e de sua gente, este homem que talvez antipatizado perante a Comissão Executiva, vem de público e a público para dizer que está errado, para dizer que não é assim que se faz, para dizer que Hitler também caiu, que Mussolini também caiu, Idi Amin caiu e os ditadores hão de cair, porque há de persistir na Terra de Vera Cruz e Santa Cruz, a égide da justiça.

E a vocês, funcionários da Assembléia Legislativa, o nosso apoio, o apoio da nossa bancada e à Comissão Executiva, só me resta uma sugestão, que ponha um policiamento e que amanhã também exija que os Deputados batam ponto. Somos todos iguais, todos percebemos do erário público, somos todos iguais, irmãos, com mais ou menos autoridade, com mais ou menos tempo de escola e de escolaridade, com quatro anos de grupo e com filosofia, com diploma de Filosofia, o diploma dos ecléticos que não querem outra coisa a não ser espezinhar os homens que votaram humildemente nos homens que têm diploma, nos homens que vieram aqui para tripudiar, nos homens que vieram aqui para arrasar. Nós que não temos diploma, temos além dos outros, cinco diplomas dados pelo povo, Sr. Presidente.

Cuidado: "Não faças a Deus que pagas ao Diabo", é o adágio popular, muito certo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Iê):

"No final da sessão plenária do dia de ontem, tivemos a

infelicidade de ouvir o nobre Líder do PDS, Luiz Alberto de Oliveira, tecer críticas ao nosso Partido e ao Governo Richa, porque constatou que dois parentes de companheiros foram nomeados para cargos na Administração estadual.

Foi uma infelicidade sim. Infelicidade porque o PDS não tem o mínimo conceito moral para fazer críticas desta espécie. Isso porque até novembro do ano passado, apoiou um governo do Estado que foi marcado essencialmente pelo empreguismo de parentes do ex-Governador.

Não é para menos que o Paraná passou a ser conhecido como "Braganá". Afinal, não havia um só órgão do Governo onde não existisse pelo menos um parente do General Ney Braga manipulando dinheiro do Estado.

O candidato derrotado ao Senado pelo PDS instituiu no Governo, ao longo de quase quatro anos, um vergonhoso sistema de empreguismo, beneficiando seus parentes com um dinheiro que é de todos, porque é público.

Não foi nem uma nem duas vezes que a imprensa nacional registrou o fato, vexatório para todos nós, paranaenses.

Vejam só, Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quem era o Diretor do setor de compras da COPEL? Caetano Braga, filho de Ney. Quem era o presidente da mesma empresa? Paulo Procopiak, primo de Ney. Quem era o Presidente da FUNDEPAR? Guilherme Braga, irmão. Quem era o Chefe da Casa Civil? Fabiano Braga Côrtes, primo. Quem foi o coordenador geral da COMEC? Ney Geraldo Braga, sobrinho. E o Presidente do BADEP, hoje instituição quase falida? Luiz Antônio Fayet, sobrinho de Ney. E mais ainda: quem respondia pela Secretaria da Saúde, hoje motivo de CPI nesta Assembléia? Oscar Alves, genro.

Mas a lista não para aí. Sabem quem era o responsável pela empresa que ganhava todas as concorrências no setor de transporte de valores, limpeza e segurança? Paulo Braga, irmão de Ney. E o Presidente da Junta Comercial? Luciano Lacerda, primo. E um dos diretores de uma das principais fornecedoras do Estado, a COESA? Tota Braga, outro filho.

Não contente com o empreguismo de seus parentes diretos, o ex-Governador partiu também para a designação de afilhados e cupinchas. Foi o caso de Jucundino Furtado, Euro Brandão, Véspero Mendes, Saul Raiz, Godofredo Pinto e tantos outros que, se fôssemos citar, aqui ocuparíamos várias horas.

Foi esse o quadro que o PDS garantiu e manteve até 15 de novembro. Por isso, o Partido que hoje é Oposição nesta Casa, não pode se manifestar de forma alguma. Se há dois ou três parentes de um ou outro companheiro de partido no Governo eles foram nomeados segundo dois critérios: 1) competência para o cargo, 2) identificação com o PMDB, na luta para derrubar a oligarquia que dominou o Paraná nos últimos quatro anos.

O Governador José Richa não nomeou irmãos, primos, genros ou cupinchas, como fez o seu antecessor. Aqueles que hoje estão no Governo, foram escolhidos porque representam efetivamente o povo do Paraná. São homens identificados com a democracia, não com o empreguismo, característica principal do Governo Ney Braga".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Odeni Mongrue.

O SR. ODENI MONGRUEL — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado, concedo a palavra ao orador inscrito, Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No início desta nova Legislatura, vejo-me forçado, até por um dever de consciência, de solicitar desta Casa a concessão do título de Cidadão Honorário do Paraná a uma das figuras mais ilustres deste País, o Deputado Federal, Dr. José Alencar Furtado. (Lê):

"José Alencar Furtado nasceu em Araripe, no Estado do Ceará, em 11 de agosto de 1925, sendo filho de Vicente Alencar Barbosa e Maria Furtado Alencar.

É bacharel em Ciências Jurídicas e sociais, pela Faculdade de Direito do Ceará, tendo se diplomado em 1950.

Foi advogado da Prefeitura de Paranaíba, Deputado Estadual na legislatura de 1967/71, exercendo as funções de 2.º Secretário da Mesa da Assembléia Legislativa e membro das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura

Em 1971 foi eleito Deputado Federal, foi membro das Comissões de Relações Exteriores e de Ciência e Tecnologia e suplente das Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e do Desenvolvimento da Região Sul.

Em 1973, eleito foi primeiro vice-Líder da bancada e segundo vice-presidente da Câmara Federal, após exercer as funções de presidente da Comissão Executiva Regional do PMDB em 1969/70.

José Alencar Furtado é casado com Dona Miriã Cavalcanti Alencar e teria quatro filhos vivos, se o jovem e talentoso político Heitor não fosse brutalmente assassinado em outubro de 1982, em circunstâncias ainda não esclarecidas.

Em 1974, José Alencar Furtado foi reeleito Deputado Federal, com 86.413 votos. Presidiu a CPI das multinacionais e a sua atuação parlamentar obteve destaque nacional e internacional. Em 1977 foi eleito Líder da Bancada do MDB na Câmara dos Deputados, sendo esta a primeira vez na história que um político radicado em nosso Estado conseguiu tal projeção.

Sua firmeza de atitudes, seu espírito combativo, causaram muitos aborrecimentos aos donos do poder no Brasil e em 28 de junho de 1977, Alencar teve o seu mandato cassado por decreto do então Presidente, General Ernesto Geisel.

A cassação do mandato de José Alencar Furtado ocorreu um dia após a sua participação de um programa de televisão, em rede nacional, nos termos da legislação eleitoral, para a divulgação do programa partidário, ao lado do Deputado Alceu Colares — que posteriormente se transferiu para o PDT, do do Senador Franco Montoro e do Presidente Nacional do PMDB, Ulysses Guimarães.

Foi uma decisão arbitrária, que comoveu a Nação e feriu a consciência democrática do povo brasileiro, porque atingiu um dos homens públicos de maior dignidade, um patriota esclarecido, um Deputado atuante e um líder partidário exemplar.

Com esta medida de força, o que pretendeu na realidade, foi intimidar o MDB, silenciar a voz das oposições e através delas, os direitos de todos os que defendem a restauração do estado de direito em nosso País.

Mas, só os fracos se intimidam. José Alencar Furtado passou a se dedicar ao exercício da advocacia em Brasília, e imediatamente promoveu o lançamento da candidatura de seu filho, Heitor de Alencar Furtado, que foi eleito Deputado Federal, em 1978. E que, em 1982, sem dúvida nenhuma seria eleito Deputado Estadual e hoje estaria neste plenário, emprestando o brilho de sua inteligência e o valor inestimável do seu patriotismo, para a busca de soluções para os graves problemas que afetam a sociedade brasileira.

Cassado pela ditadura, José Alencar Furtado retornou à Câmara Federal pela decisão soberana do povo, conquistando a expressiva votação de 101.026 sufrágios, nas eleições de 15 de novembro de 1982.

Na Câmara Federal a sua atuação é conhecida e respeitada nacionalmente. Mas queremos destacar aqui, que ele lidera a Frente Parlamentar Nacionalista, que tem o apoio de mais de 60 Deputados de todos os partidos, inclusive do PDS, e que busca soluções alternativas para os grandes problemas políticos, sociais e econômicos que afetam o conjunto da sociedade brasileira e comprometem as futuras gerações.

É para este homem público, que tanto admiramos e que por certo merecerá o respeito da história; para esse chefe de família, para esse companheiro de tantas lutas, para esse líder extraordinário, que propomos a concessão do título de "Cidadão Honorário do Paraná".

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? **(Assentimento)**

Deputado Nestor Baptista, quando Vossa Excelência fala na figura de Alencar Furtado, falamos que Vossa Excelência teve um dia de inspiração.

Alencar Furtado já passou por esta Assembléia. Foi um homem que passou aqui e deixou amizades, tanto na bancada da Situação da época como da oposição. Quero apenas me parabenizar com Vossa Excelência, ao procurar dar este título a Alencar Furtado, porque este homem é um homem convicto da democracia, é um homem que merece os aplausos, tanto da sua bancada, quanto da nossa.

Parabenizo-me com Vossa Excelência por esta iniciativa e acho que este é o pensamento de toda a Casa, dos Deputados e dos funcionários da Casa, que sabem respeitar os homens verdadeiramente democráticos, que sacrificam até sua família pelo bem-estar de sua terra e de sua gente.

Digo somente a Vossa Excelência, meus parabéns, porque a amizade que dedico a Alencar Furtado é sincera e meu voto será aberto a favor deste título, muito justamente merecido.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Nobre Deputado Gabriel

Manoel, solicito permissão a Vossa Excelência para incluir neste pronunciamento o seu aparte e dizer que esta não é uma medida de um membro do PMDB, de um Deputado do PMDB. É um apelo que faço desta tribuna para que seja uma tomada de posição da classe política aqui reunida, a outorgar ao Deputado Alencar Furtado a Cidadania Honorária do Paraná.

O Sr. Gabriel Manoel — Agradeço a Vossa Excelência, Deputado.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Permite-me um aparte?

(Assentimento) Agradeço a concessão do aparte, Deputado Nestor Baptista. E o faço para parabenizar Vossa Excelência pela iniciativa de conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Deputado Federal Alencar Furtado.

Peço permissão a Vossa Excelência para prestar um testemunho, como militante partidário, como político atuando quase que exclusivamente em Curitiba, quero que Vossa Excelência inclua nas atividades de Alencar Furtado nesta Casa, na Assembléia Legislativa, um ato de Sua Excelência, que é muito caro a Curitiba, porque foi de José Alencar Furtado quando da definição da Constituição do Estado do Paraná, a iniciativa pela emenda à Constituição, um artigo da Constituição, que dá autonomia de organização política ao Município de Curitiba.

Vossas Excelências devem conhecer que há um artigo da Constituição do Estado que permite ao Município de Curitiba a elaboração de sua própria Lei Orgânica Municipal. É apenas Curitiba e Porto Alegre, no Brasil, que têm essa autonomia de se autoorganizar com a Lei Orgânica dos Municípios.

Era isso que eu queria que Vossa Excelência incluísse como homenagem, inclusive que nós, de Curitiba, devemos prestar a esse homem público extraordinário que é José de

Alencar Furtado.

E que Vossa Excelência pretende, em tão boa hora, homenagear com o título de Cidadão Honorário do Paraná.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Agradeço, Adhail Sprenger

Passos, e peço permissão para fazer de suas palavras as minhas, também, nesta oportunidade.

O Sr. Anibal Khury — Vossa Excelência me permite um aparte? — **(Assentimento)**.

Nobre Deputado Nestor Baptista, a lembrança de Vossa Excelência, em apresentando projeto que concede o título de Cidadão Honorário ao Deputado Alencar Furtado, vem de encontro às aspirações do povo paranaense, muito embora, este mesmo povo tenha dado a Alencar Furtado as melhores demonstrações de admiração e de amizade.

Mas, é preciso que se conste oficialmente, através dessa sua iniciativa, o nome de Alencar Furtado, como um dos Cidadãos Honorários do Paraná. Porque ele bem o merece; dignificou esta Casa como seu representante e está dignificando o Parlamento Nacional, com a sua presença. Foi cassado com uma brutal injustiça; perdeu seu filho assassinado brutalmente, quando disputava uma cadeira de Deputado Estadual. Nós o conhecemos, há muitos anos, desde que veio para o Paraná. Tivemos oportunidade de, com ele, debatermos assuntos nesta Casa.

E quero dizer a Vossa Excelência que se há uma justiça que se faz neste Estado, é esta que Vossa Excelência está propondo.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Agradeço ao Deputado Anibal

Khury, e Vossa Excelência inclusive nesta Casa, foi adversário de partido, do Deputado Alencar Furtado. E, portanto, me parece ser das pessoas mais abalizadas para traçar um perfil aqui, do Deputado Alencar Furtado.

Ele recebeu, parece-me, o ano passado, ou em 1981, não me recordo bem, mas tenho a impressão que em 1982 ainda, o título de Cidadão Paulistano, não pelos serviços prestados à Cidade de São Paulo ou ao Estado de São Paulo, mas pelos serviços prestados à comunidade brasileira.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência me permite um aparte? — **(Assentimento)**

Deputado Nestor Baptista, queremos nos parabenizar com o nobre Deputado, pela brilhante iniciativa de darmos o título de Cidadão Honorário a uma das figuras nordestinas que veio ao Paraná, para ajudar no seu desenvolvimento.

Alencar Furtado, sem dúvida alguma, é um dos mais brilhantes representantes que o Paraná tem na Câmara Federal. E teve Alencar Furtado, não apenas uma vez, sacrificado pela cassação do seu mandato, mas um outro ato que sacrificou tanto Alencar como o povo do Paraná, foi não dar a oportunidade a este brilhante representante do Paraná, de ser hoje o Senador do Paraná, porque Alencar tem méritos, tem condições totais de nos representar no Senado da República, na Câmara Alta, porque Alencar Furtado conhece os problemas do nosso Estado. Ele é um estudioso; é, sem dúvida alguma, um Parlamentar que condignamente representa o Paraná e o Brasil. Ele deveria, Deputado Nestor Baptista, ser o nosso Senador, o Senador do nosso Estado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência e devo dizer que como nordestino, Vossa Excelência faz um aparte que realmente impressiona pela colocação, pela conotação que deve ser dado ao trabalho de Alencar Furtado ao nosso Estado, ao nosso País e à classe política, fundamentalmente.

O Sr. Artagnão de Mattos Leão — Vossa Excelência me permite um aparte? — **(Assentimento)**

Sr. Deputado Nestor Baptista, tão brilhante iniciativa

só poderia surgir de um tão brilhante parlamentar. Além de parabenizar-me com Vossa Excelência, gostaria de deixar claro o apoio desta Liderança e de toda a nossa bancada a este projeto.

Falar do político Alencar Furtado, do cidadão Alencar Furtado, do chefe de família Alencar Furtado, seria desnecessário, porque todos já conhecem de sobejo o seu procedimento. Deixaríamos então, nobre Deputado Nestor Baptista, gravado aqui o apoio desta Liderança e de toda a nossa bancada a esta brilhante iniciativa que só poderia partir de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Muito obrigado, Deputado Artagão. Mas, é uma iniciativa que gostaria de dizer, é de toda esta Casa. Não é minha, pessoalmente, nem da bancada do PMDB, mas de companheiros do PDS e do PMDB que homenageiam o Deputado Alencar Furtado, e que, nesta oportunidade, fazem um preito de reconhecimento à classe política.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Quero parabenizar-me com a iniciativa do ilustre companheiro pela proposição deste título de Cidadão Honorário do Paraná para Alencar Furtado. Destacado foi nesta Casa pelas suas qualidades de político, de homem público e tal medida me parece que valoriza o próprio título de cidadania dada a uma pessoa.

A grandeza do título de Cidadão Honorário é compatível com a grandeza de espírito e de postura de luta e de postura de homens qualidade de Alencar Furtado.

E vendo nesta tarde, tanto a Bancada do PMDB como a Bancada do PDS fazerem manifestações espontâneas de solidariedade a um título, serve-nos até mesmo para que no comportamento político de cada um de nós, venhamos a perceber a importância da retidão de princípios e de ações, para que no trabalho parlamentar, embora em siglas diferentes, venhamos a manter o posicionamento correto à dignidade para reconhecermos que hoje Alencar Furtado merece de todo o povo do Paraná.

Meus parabéns, Deputado Nestor Baptista, por esta iniciativa que valoriza o homem público, político, digno e sério e valoriza ainda mais o título de Cidadão Honorário para aqueles que o tem, em nosso Estado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Faço minhas as palavras de Vossa Excelência.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Nobre Deputado Nestor Baptista, o verdadeiro líder, o verdadeiro político, ele está permanentemente participando de uma batalha, mas o seu valor quando aparece é reconhecido por unanimidade.

Parabéns a Vossa Excelência, porque considero Alencar Furtado um paranista e um tribuno da mesma estirpe, da mesma lealdade, da mesma inteligência, e da mesma combatividade de Bento Munhoz da Rocha Neto.

Parabéns. Muito obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Muito obrigado, nobre Deputado Edmar Luiz Costa.

Concedo aparte ao nosso vice-Líder, Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior — Muito obrigado, Deputado Nestor Baptista.

Vossa Excelência fala há vinte minutos e recebeu inúmeros apartes, talvez o maior número, recorde, de apartes, para um pronunciamento no Grande Expediente. E não é sem razão. Ouvimos apartes de eminentes companheiros do PMDB e do PDS falando sobre a sua propositura.

Normalmente, quando se entrega o título de Cidadão

Honorário a uma figura importante, essa figura é homenageada. no caso de Alencar Furtado, em passando este projeto de lei, não temos dúvida nenhuma que já está aprovado, esta Casa estará sendo homenageada no dia em que entregar a Alencar Furtado o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

Viajava durante a campanha eleitoral com Alencar Furtado nas imediações de Maringá, Alencar, seu filho amado Heitor e eu, naquela oportunidade, percebia no peito de Alencar Furtado uma enorme cicatriz. E ele me contava que havia passado algum tempo por uma operação do coração. Ali fiquei a imaginar que Alencar deve ter recebido um implante, deve ter mantido aquele coração que Deus lhe deu um coração de bondade, um coração de amizade, um coração de amigo, e deve também ter recebido ali um coração de aço, para suportar, como suportou tantas injustiças, por ser somente um bom cidadão brasileiro, por ser patriota e por receber também tantos golpes e um duro golpe que recebeu recentemente, quando da perda de seu filho Heitor.

Por tudo que fez Alencar Furtado, pelo Paraná e pela Nação brasileira, por tudo que fará Alencar Furtado pelo Paraná e pela Nação brasileira, eu repito, Deputado, esta Assembléia estará sendo homenageada no dia da entrega do título de Cidadão Honorário a Alencar Furtado. Meus parabéns, Excelência.

Grande a sua iniciativa.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Muito obrigado, nobre Deputado.

A Sr.^a Amélia Hruschka — Permite um aparte, nobre Colega?

O SR. NESTOR BAPTISTA — Apenas lembro que, com muito orgulho, e sempre faço questão de frisar, quando em 1966, comecei a trabalhar em política propriamente dita, e com muito orgulho, muitos cartazes de Alencar Furtado coleli nos postes de Curitiba da nossa Cidade, Ponta Grossa. E me sinto muito feliz em saber que esta Casa, na realidade, apoia esta iniciativa, que é de todos nós.

Concedo aparte à nobre Deputada Amélia Hruschka.

A Sr.^a Amélia Hruschka — Deputado, fazer elogios à pessoa de Alencar Furtado é desnecessário, pela sua luta, pela sua dignidade, pelo amor à sua pátria e à sua gente.

Como companheira de Alencar Furtado na jornada política no Município de Goioerê, tive a oportunidade de ver a sua garra, a sua coragem para falar ao seu povo e à sua gente, levando aquela esperança de dias melhores para o povo paranaense.

O título de cidadania honorária ao ilustre Deputado Federal Alencar Furtado, vem demonstrar a dedicação do povo do Paraná a esse homem ilustre, a esta criatura extraordinária as quem muito o Paraná deve, pelo que tem feito, os seus pronunciamentos, a sua dedicação, feito no plenário desta Casa, onde, aqui não estive presente, mas acompanhei todo o seu trabalho.

Quero dizer ao Sr. Deputado que desejo cumprimentá-lo pela feliz iniciativa, e desejar ao nosso Colega Deputado, êxito à sua iniciativa. Este desejo é nosso, da bancada do PMDB e certamente dos nossos colegas de bancada do PDS. E desejamos ao Deputado Alencar Furtado que continue sendo o homem dedicado que sempre foi e que o seu nome continue cada vez adiante, no Paraná e que lá, na Câmara Federal, ele não esqueça, jamais, um segundo sequer, deste povo paranaense que tanto o admira, porque conhece o seu trabalho.

Muito obrigada.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e lembro que, quando foi cassado, arbitrariamente pelo General Ernesto Geisel, Alencar Furtado

recebeu a solidariedade não só dos Estados brasileiros, mas recebeu também, a solidariedade e o apoio — porque não dizer — de quase uma centena de países que propugnam pela democracia e que viram, na cassação de Alencar Furtado, mais um ato de violência.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Deputado Nestor Baptista, falar de Alencar, é falar de patriotismo, é falar de luta incessante dos setores mais conseqüentes do País contra o arbítrio, a falta de liberdade e esta pseudodemocracia que querem nos impingir.

Alencar Furtado sintetiza a luta de um povo, contra a invasão estrangeira, nobre Deputado, contra o imperialismo de hoje que controla toda a nossa economia, sob os olhares complacentes dos nossos governantes maiores, que são coniventes. Alencar é símbolo de resistência, resistência contra aqueles que transformaram este imenso País num balcão de negociações, onde explodem os escândalos financeiros e onde a corrupção deslavada é incontrolável; Alencar, como Teotônio Vilela, são os grandes exemplos para nós políticos; me lembro de Alencar, na luta contra as multinacionais, e em momento algum curvou a espinha e por isso foi cassado — cassado por aqueles que deveriam defender esta Nação mas que preferem, por interesses escusos, entregá-la “de bandeja” para grupos estrangeiros; Por isso Deputado Nestor Baptista, esta Casa sente-se dignificada, engrandecida, com a proposição de Vossa Excelência.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Obrigado, Deputado Fiori Luiz. Encerro, Sr. Presidente, lembrando . . .

O Sr. Nelson Vasconcellos — Vossa Excelência permite um aparte? — **(Assentimento)**

Nobre Deputado Nestor Baptista, não poderia deixar de me manifestar, diante da proposição que Vossa Excelência faz nesta Casa no dia de hoje, dando o mínimo que se podia esperar desta Casa, da Assembléia Legislativa deste Estado e do povo do Paraná, que é esta homenagem que haveremos de prestar ao ilustre Deputado José de Alencar Furtado, este homem que tem, na sua vida pública, como objetivo, a luta em defesa não somente do povo paranaense como do povo brasileiro, principalmente do povo oprimido deste País; este homem, injustiçado pelo arbítrio, cassado, mas que, jamais se esmoreceu diante das dificuldades, continuando a sua vida pública em defesa do povo brasileiro, já diria assim.

A sua proposição é das mais justas possíveis e ainda digo mais, é o mínimo que se pode fazer em reconhecimento ao valor deste grande brasileiro, Deputado Alencar Furtado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Solicitando apenas um minuto da Liderança do nosso Partido, eu encerro. É para este homem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, homem público que tanto admiramos e que por certo merecerá o respeito da História; para esse chefe de família, para esse companheiro de tantas lutas, para esse líder extraordinário, que propomos a concessão do título de Cidadão Honorário do Paraná.

Obrigado. **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE — **(Trajano Bastos)** Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença do ex-Deputado Antônio Romero Filho, Prefeito de Umuarama, e dos Srs. Luciano de Andrade Filho, Laudelino Costa, Inácio Pereira e Dario Benedito, todos Vereadores do Município de Umuarama.

No horário destinado às Lideranças, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Esta Liderança concede, por oito minutos, a palavra ao Sr. Deputado

Hermas Brandão.

O SR. HERMAS BRANDÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Iê): “O Brasil atravessa hoje a mais devastadora crise econômica de toda sua história. Estamos à beira do caos, com o País já entrando em estado de insolvência irrecuperável. Tal crise, como todos sabem, tem sua origem na subordinação de nossa economia ao capital financeiro internacional, o que nos leva a um círculo vicioso de dependência: atrofia do mercado interno, marginalização econômica da grande maioria da população, dependência tecnológica, degradação crescente do comércio exterior e sangria de divisas sob a forma de lucros, “royalties” e serviços.

A política suicida e desastrosa implementada por Delfim Neto, capitaneando uma equipe de tecnocratas egoístas e insensíveis, está levando a Nação a uma agonia crescente e insuportável. A completa rendição de nossa economia às diretrizes dos auditores do FMI expressa a ilusão de que é possível sair da crise intensificando os termos da dependência, improvisando critérios. Não há como sair desta situação sem que, antes, o Governo Federal comece a admitir que cometeu graves equívocos. Do contrário, trilha-se um caminho que aprofunda a recessão.

A se manter esta política dentro em pouco teremos a paralisação da produção em alguns setores de atividade, o sucateamento do parque industrial e o desemprego atingindo níveis catastróficos. O que não podemos admitir é uma submissão passiva diante dessa realidade, do sofrimento do povo, que não tem como agir e muito menos esperar.

Por isso a situação caótica que vemos, exige providências urgentes, para que fatos como o que assistimos em São Paulo, semana passada, não venham a se repetir com frequência.

Fala-se em infiltração comunista nos saques efetuados a estabelecimentos comerciais da capital paulista, mas, a verdade mais aparente é que se isso realmente ocorreu, então alguém acabou se infiltrando num movimento de milhares de pessoas desempregadas e que estavam passando fome e todo tipo de necessidades. Que se puna os agitadores da ordem pública, mas que se dê condições de pleno emprego a quem deseja e precisa trabalhar para sobreviver.

Em recentes pronunciamentos, o Presidente Figueiredo tem reiterado a necessidade que se estabeleça uma trégua política no País. Segundo suas palavras, essa trégua teria uma finalidade: “superar mais facilmente, em clima de cooperação e entendimentos, estes graves problemas”.

Sem dúvida, concordamos com o Sr. Presidente, pois tal manifestação favorece o diálogo e a negociação, com o objetivo de enfrentarmos a difícil situação por que passa o País. A união nacional — a concórdia, o desarmamento dos espíritos não só é possível como plenamente desejável. Só assim poderemos libertar a Nação da angústia e do sofrimento imposto pela política de submissão aos agiotas internacionais.

A trégua, entretanto, “não constitui convite à capitulação, nem envolve capitulação” — como bem lembrou o Presidente Figueiredo. Portanto, a trégua não é aval para a política recessiva praticada pelos ministros da área econômica do Governo Federal, com o apoio e anuência do Presidente da República. Por outro lado, sabemos e o mais respeitáveis técnicos da área econômica privada também concordam, que são inaceitáveis os compromissos e concessões feitos ao FMI. A oposição brasileira, depositária que é da esperança e do desejo de mudança de mais de 60 por cento dos brasileiros, não aceita e rejeita todo e qualquer compromisso de provocar a recessão, de esmagar o mercado interno, os salários, o crédito, a indústria de bens de capital, de escancarar as portas do País para a remessa de lucros para

o exterior e permitindo a invasão de capital alienígena. É um absurdo levar o País a quase falência para tão somente rolar a dívida e mantê-lo atrelado a interesses estrangeiros. O que também contestamos de forma veemente é a maxidesvalorização de nosso patrimônio, somente para satisfazer interesses de meia dúzia de banqueiros norte-americanos.

Afirmar que não temos outra saída, que é inevitável, aceitar as imposições do FMI, que o País tem que se sujeitar a uma situação de crise mundial e que o problema se resume a ter ou não competência, é, no mínimo, fugir do problema. Nada mais é do que falácia de tecnocratas submissos e sem imaginação criadora, e descrentes da capacidade do Brasil em caminhar com suas próprias pernas.

Temos uma saída. Temos um caminho que levará o País a novos rumos, passando ao largo da recessão econômica. Para tanto, é preciso liberar todas as nossas potencialidades internas para produzir e prosperar. É evidente que o rompimento com a dependência pode ser de fato, por si só, permitir o desenvolvimento e assegurar a expansão da economia, bem como a melhoria das condições de vida da população. É urgente e patriótico que declaremos a moratória da nossa dívida externa pelo tempo necessário à reconstrução nacional. Chega de mentiras. Até o mais humilde trabalhador brasileiro sabe que o País não tem condições de pagar sua dívida externa nos termos que lhe foram propostos.

É preciso que tenhamos um verdadeiro plano de salvação nacional, fruto da discussão e do diálogo, que permita o desenvolvimento do mercado interno, ative a produção, gere empregos e salários dignos, enfim, redimensione a nossa economia de acordo com as nossas necessidades internas. Se a intenção da trégua é sincera, é necessário que haja mudanças para que ela se concretize. É preciso mudanças de qualidade na essência da política econômica e no quadro institucional. E o começo dessa trégua poderia vir através da admissão de certos equívocos cometidos por integrantes do Governo Federal nos últimos anos. Poderia também começar com o atendimento ao clamor da Nação que exige a saída de Delfim Neto, Ernane Galvêas e Carlos Langoni, da direção da política econômica brasileira.

Para que esta soma de esforços, com o objetivo de superar a crise, se torne realidade, é necessário que ocorram significativas transformações democráticas, a par da mudança no estilo da política econômica.

O restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República é medida inadiável, pois viria de encontro aos anseios democráticos do povo brasileiro, além de representar um exemplo de maturidade política neste continente infestado por regimes políticos multifacetados. Assim como é também incompatível, com o espírito de trégua, que se continue a aplicar a lei.

Temos certeza de que é possível pacificar a Nação em torno desses objetivos. A trégua, a união nacional, não são só possíveis, constituem uma exigência, quase um apelo da Nação, que busca desesperadamente mudanças reais que levem nosso País à emancipação. Que garanta, enfim, a soberania e preserve a independência nacional. Vamos deixar a subserviência para quem não tem competência, clima e solo para trabalhar.

Este é o nosso desafio, a nossa decisão inarredável: superar a crise e construir um Brasil melhor e mais humano para os brasileiros de hoje e de amanhã".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Esta Presidência designa o Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, para, em nome da Presidência, recepcionar os alunos do Colégio Júlia Wanderley, de Curitiba, que se encontram em visita a esta Casa.

Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do horário

restante que lhe é destinado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Esta Liderança concede a palavra, por dez minutos, ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra o Sr. Deputado Fiori Luiz, por dez minutos.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A corrupção é, sem dúvida alguma, uma máquina institucionalizada neste País. Os responsáveis pelo golpe de 64, agiram em nome da moralização e do combate à corrupção. E o que vemos dezoito anos depois? Assistimos toda a estrutura envolta num lamaçal de imoralidades, de escândalos. E existem ainda determinados Deputados do PDS, que mostrando uma incrível coragem, diga-se a bem da verdade, defendem o sistema e o regime que aí estão.

É notável a coragem de certos Parlamentares que posam de opositores que defendem ainda o trio econômico Delfim - Ernane Galvêas - Langoni; que defendem a Lei de Segurança Nacional que continua prendendo jornalistas; que defendem a política entreguista do Governo Federal. Essa ladainha de oposição estadual é inconsequente, politiqueria e eleitoreira. O PDS no Paraná continua sendo uma coluna forte que sustenta o regime antipovo e antinacional.

O Paraná, graças aos 20 anos de mandonismo, de oligarquia, apresenta hoje uma estrutura carcomida, enferrujada, viciada, podre e corrupta. Em todos os setores do Governo do Estado estão sendo feitos levantamentos senão para divulgação, pelo menos para resguardo do Governador José Richa, que precisa ter em mãos esses relatórios.

O DETRAN do Paraná é o carro-chefe da corrupção, ou um deles. O Diretor, Mário Stamm, está empenhado em moralizar aquele órgão e todas as CIRETRANS do Paraná. A corrupção andou solta nos últimos anos, com a convivência até do ex-Secretário da Segurança Pública, Coronel Haroldo Dias. E o ex-Diretor do DETRAN, Coronel Osvaldo Cruz, deixou aquele órgão falido financeira e moralmente.

Os funcionários que ali trabalham e que não participam das caixinhas ganham em média 28 mil mensais, e já está sendo estudado um reajuste. Mas aqueles que formaram no cordão da corrupção e do suborno serão demitidos a bem do serviço público e a população do Paraná está a cobrar essas medidas do Governo José Richa.

Muita gente anda preocupada aí com as demissões, dizendo que isso vai aumentar o desemprego e gerar mais problema social, mas estão enganados, equivocados, ou melhor, eles sabem que não é bem assim.

Estes que estão sendo despedidos não irão aumentar as filas do SINE e nem as filas dos corredores desta Assembléia porque eles já roubaram o suficiente. Existe, é claro, algumas exceções, mas a grande maioria que está sendo despedida ou está saindo por lesar o patrimônio público ou porque não está trabalhando, isto é, ganhava sem trabalhar.

Se o PDS achava que o Governo de José Richa iria acobertar a corrupção instalada neste Estado, é porque o PDS talvez desconhecesse o programa do PMDB e sua filosofia.

Se patrulha existe, ela é composta por quase dois milhões de eleitores que votaram no Governador José Richa e no PMDB. E são eles que estão a nos cobrar medidas saneadoras. Lugar de ladrão de dinheiro público é na cadeia e não na repartição pública.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Meu tempo é muito exíguo.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência não me concede um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Não posso conceder. É muito exíguo o meu tempo.

Desde ontem estão suspensos os exames de habilitação em todas as categorias, bem como a expedição de carteiras nacionais de habilitação, em todo o interior do Estado do Paraná. A determinação foi do Diretor Geral do DETRAN, Mário Stamm, com o fim de apurar irregularidades em diversas CIRETRANs do interior. Por isso, além da suspensão da emissão de carteiras de habilitação, o Diretor do DETRAN reunirá, segunda-feira, na sede de órgão em Curitiba, todos os 75 Chefes de CIRETRANs do Paraná, oportunidade em que será recolhido todo o material não utilizado referente à carteira nacional de habilitação.

Além de apurar denúncias de irregularidades e de corrupção na expedição de carteiras no interior do Estado, o novo Diretor do DETRAN pretende fazer uma estatística física das carteiras emitidas no ano de 82, e nestes meses de 83, e constatar os favorecimentos que porventura houverem, no período eleitoral.

Alguns dados já constatados são alarmantes. Por exemplo em Guarapuava, no terceiro trimestre de 83, foram expedidas 2743 carteiras; nos meses de outubro, novembro e dezembro, esse número subiu para 4525, caindo para a metade nos primeiros meses de 83. Em Londrina, as emissões de carteiras de habilitação variaram de 4767 no terceiro trimestre de 82 para 6047 no período eleitoral, caindo para 2940 após o período eleitoral. Em Ivaiporã, no terceiro trimestre de 82, foram expedidas 1881 carteiras de habilitação. Em outubro, novembro e dezembro, o número subiu para 4707, quadruplicou o número. E nos primeiros meses de 83, caiu pela metade.

Daí a necessidade de se apurar as irregularidades nas CIRETRANs do interior.

E aqui há um levantamento mensal das carteiras das CIRETRANs. Além desses municípios, existem outros dados aqui. Campo Mourão, de 1112 para 2600 no período eleitoral, caindo para após, 500. Em Cascavel, de 2000 para 4700 no período eleitoral caindo para 400. Em Cornélio Procopio, de 1400 para 2100 caindo para 300, após o período eleitoral. Em Umuarama, 2800 e no período eleitoral, 6200. Em Porecatu, 1030 para 2064, caindo depois. Em Imbituva, de 230 para 1903 carteiras no período eleitoral. Em Coronel Vivida, de 500 para 1388. Em Barbosa Ferraz, de 300 para 2500, no período eleitoral. E se isto não for corrupção, efetivamente não sabemos o que é corrupção.

Estamos com a portadoria do Diretor Mário Stamm, convocando para segunda-feira todos os chefes de CIRETRANs do Estado, para esta reunião, quando será feito um levantamento estatístico. E a prova, de forma irrefutável, da corrupção, e dos desmandos, do Governo do General Ney Aminthas

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do tempo que lhe resta.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Esta Liderança concede a palavra pelo tempo restante, ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, por dez minutos.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.^{as} Deputadas.

A vida de todos nós tem o seu momento de lágrima e o seu momento de sorriso. O dia de hoje para mim, veio

recheado de lágrimas e deslumbrado de sorrisos de felicidade.

As lágrimas foram pela imposição férrea do relógio-ponto aos funcionários deste Poder, contra o qual me rebelei. Mas, homem de partido, submeto-me à determinação máxima dos meus companheiros.

E a alegria de ver . . .

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Já concederei.

... e a alegria que me invade o peito é por ter presenciado nesta tarde, as declarações de apoio ao projeto do Deputado Nestor Baptista, concedendo título de Cidadão Honorário do Paraná ao meu irmão, José Alencar Furtado.

É gratificante saber que tenho para seguir o exemplo, um exemplo de tal envergadura, que merece o respeito de toda a bancada do PDS e do PMDB.

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Agradeço a Vossa Excelência e uma demonstração, Deputado, que às vezes nós temos discordâncias as mais intensas, e por outras vezes temos concordâncias, fazendo este jogo democrático, que realmente rem, quando feito neste nível, sempre o sentido de engrandecer o Poder Legislativo.

Quero cumprimentar Vossa Excelência pelo posicionamento que toma, com relação aos caos dos relógios-ponto desta Assembléia; e eu também, como Vossa Excelência, discordo e tenho uma simples razão, nobre Deputado, que deve ter sido já arrolada por outros parlamentares que também se posicionam contra o relógio-ponto.

Se este relógio-ponto transformasse ou fosse o símbolo material que iria dar eficiência a esta Casa, seria o primeiro Parlamentar, juntamente com Vossa Excelência, tenho certeza, a apoiar esta implantação.

Porque lamentavelmente não é este ato formal de funcionários chegarem à hora "x" e saírem à hora "y", e colocarem um cartão dentro de um relógio e que deste ato saia um barulho característico, que aí fique afixado o horário que entrou e saiu, que vai dar eficiência à nossa Casa.

Hoje, talvez seja uma das mais deficientes do Brasil. E digo a Vossa Excelência, Deputado, com um pouco mais de experiência dentro deste Parlamento, não por culpa de seus funcionários, mas por culpa de uma estrutura arcaica, de uma falta de reformulação real de vencimento dos funcionários; de acesso a novas categorias funcionais, de acesso e de promoções dentro da sua categoria funcional, por culpa de todos os partidos que por aqui passaram e dirigiram majoritária ou minoritariamente a Mesa.

Então, este ovo de colombo, Deputado, esse simplorismo do relógio-ponto, é que não vai, lamentavelmente, dar eficiência a este Poder, que todos nós tanto ansiamos.

E é por este fato só, que não vem a melhorar em nada, ao contrário, vai dar problemas sérios à Casa, que não convêm aqui até nos declinarmos e analisarmos com mais profundidade. Venho somente e interfiro no seu discurso, para cumprimentá-lo pela sua coragem e pela independência de Vossa Excelência, em discordar da decisão de bancada ou da própria Mesa Diretiva desta Casa, que pertence ao seu partido.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte do ilustre Deputado Gabriel Sampaio, e não me delongo em analisá-lo porque, muitas das colocações feitas pelo Deputado, eu as fiz na reunião de nossa bancada.

E submeto-me com lágrimas na alma e no coração, à decisão do meu partido, porque entendo que somente se prestigiando o ser humano, criando no seu local de trabalho um clima de respeitabilidade mútua entre todos, é que se pode encontrar o caminho de uma eficiência funcional.

Por isto mesmo, estou principalmente nesta tribuna, para solicitar deste Poder, pelos funcionários da Assembléia Legislativa do Paraná, porque sei que o funcionário ao entrar como bancário no BANESTADO, como um simples auxiliar, percebe um salário por volta de Cr\$ 70.000 mensais, tendo direito ainda a 13.^o e a gratificações semestrais. E os funcionários desta Assembléia, senhores, com vinte anos de trabalho, recebem por volta, na sua maioria, esta mesma irrisória importância, entre 70 e 70 mil cruzeiros.

O motorista do BANESTADO, ao completar 20, 22, 23 aos anos de profissão e exercício, recebe um salário por volta de 140 mil cruzeiros mensais, e o motorista da Assembléia Legislativa com 23 anos de serviço, e vi o seu contra-cheque, recebe um salário de 46 mil cruzeiros mensais.

É, Srs. Deputados, um apelo, porque se hoje temos os funcionários estatutários e merecidamente recebendo não aquele reajuste que dizíamos na campanha, quando dizíamos que os salários estavam defasados e que o funcionalismo público deveria ter um salário reajustado de acordo com a inflação no Brasil.

E hoje não tenho presenciado um debate para resolver uma situação aflitiva do funcionário público e deste Poder.

Os celetistas deste Poder provavelmente serão aumentados em maio próximo, mas não receberão o cem por cento do tempo integral, e receberam justamente os funcionários estatutários.

O Sr. Anibal Khury — Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento) Deputado, estou ouvindo com muita atenção o seu discurso, principalmente no que se refere ao tal relógio-ponto.

Secretário da Assembléia fui por nove anos, e adotei vários critérios para o funcionalismo desta Casa, inclusive o tal relógio-ponto. Cheguei à conclusão, depois de vários anos, que não se pode tratar o funcionalismo, principalmente desta Casa, que é uma Casa política, a ferro e fogo.

E devo dizer a Vossa Excelência que no meu tempo de Secretário, os funcionários da Assembléia eram os bem mais remunerados dos três Poderes. Hoje, é o mais mal remunerado.

Relógio-ponto não adianta nada, está causando mais um trauma no funcionalismo da Assembléia. E reafirmo a minha posição, ao projeto do Deputado Antônio Anibelli. Votarei com ele, porque acho que relógio-ponto não traz benefício algum. Nem para os funcionários, nem para o exemplar funcionamento deste Poder.

Muito obrigado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte e apoio integralmente as palavras do ilustre Deputado Anibal Khury. E dando prosseguimento ao meu apelo, gostaria que esta mão firme da Mesa diretora deste Poder, também fosse firme e forte para implantar um salário mais justo e digno para todos os funcionários desta Casa, porque é verdade que nós apregoamos... (retirado o som).

(Sem revisão do orador)

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — (Pela Ordem) Esta Liderança comunica que tem um minuto ainda.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos Este) Este minuto já foi descontado, Sr. Deputado.

Consulto a Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Falará no horário da Liderança do PDS, o Sr. Deputado Odeni Monguel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Interpretando o sentimento de companheiros de

bancada que, por certo, de tantos quantos comungam com os princípios básicos do respeito à dignidade da pessoa humana, rechaçamos o ato de violência verbal a que foi vítima no dia de ontem, nesta Casa, o Deputado Gabriel Manoel, do PDS.

Registro aqui a nossa manifestação de desagravo em favor do nosso companheiro, e em virtude do fato lamentável ocorrido neste plenário e que procurou atingir em sua personalidade simples e humilde, buscando no sadismo da linguagem que fere e da visão crítica que destrói, ironizando-lhe este ambiente, diante de seus Pares.

A forma inconseqüente e condenável de fazer graça, rompendo os limites do comportamento moral e sadio desejáveis, comprometeu a ética partidária, prejudicou a imagem do Legislativo que, desfigurado como Poder, vem buscando nos dias presentes, no empenho responsável de seus de seus integrantes, a resposta de uma justificativa existencial na própria recuperação conceitual e de prestígio que tanto necessita.

A agressão perpetrada ontem contra o Deputado Gabriel Manoel, extravazou, foi além do indivíduo, atingiu o homem comum naquilo que possui de mais puro e ingênuo, desvestido dos preconceitos do formalismo de uma rigorosa e pseudo-sociedade de intelectuais, tão distante da realidade em que vivemos.

Justificativa não cabe ao ocorrido, pois aconteceu em um momento imediatamente após o alerta colocado pelo eminente Deputado Gabriel Sampaio, em favor da exigência de evitar-se o uso da ironia como ingrediente maior e permanente no discurso parlamentar nesta Assembléia, pelo próprio risco e pelo alto poder desintegrador que encerra.

Por isso, foi a mesma considerada prepotente e provocativa, e fez com que levantássemos aqui o nosso protesto.

Vale lembrar que, quando o interesse do eleitor e da própria comunidade cedem lugar às questões de ordem subjetiva, que se consome em ataques pessoais e de desrespeito ao adversário, não é este o que perde, mas, antes de tudo, é o próprio Poder Legislativo que é atingido.

Não acreditamos que o ocorrido na tarde de ontem, se deva a uma orientação organizada, a uma estratégia de grupo ou mesmo a inauguração de um tempo novo, pois presenciamos ainda, na semana próxima passada, o estado de constrangimento do Líder do PMDB, o ilustre Deputado Nilso Sguarezi, quando, em ação de emergência, procurou isentar a sua agremiação partidária das implicações que resultariam de uma outra manifestação insensata e reprovável do mesmo agressor, que incursionava na ocasião, de forma extravagante, sobre os diretores de jornais da Capital do Estado.

Percebemos também no dia de ontem, a própria intervenção do ilustre Deputado Mattos Leão, que estava de atalaia na bancada de seu partido, que tomado pelo mesmo constrangimento, buscou, invocando o nome de seus companheiros de partido, atenuar a situação criada pelo episódio relatado, tecendo o ilustre Deputado Mattos Leão, considerações de apreço e de carinho ao Deputado ofendido.

Entendemos que esta postura do Partido da Situação, diante de ambas ocorrências lamentáveis, isola o Deputado agressor, deixando-o entregue às suas próprias responsabilidades, assumindo, por extensão, em conseqüência, a responsabilidade de seus atos.

Jean Jacques Rousseau nos ensina que "o homem ao viver em sociedade, perde a bondade animal. Em troca adquire uma virtude maior, a bondade moral, sem a qual é impraticável o convívio social".

O que dizer-se, portanto, no âmbito de uma instituição como esta, orgulho do mundo livre, uma das mais belas conquistas da cultura de uma sociedade democrática e da própria sociedade como um todo.

O episódio em questão, leva-nos em consequência e reclamar, Senhor Presidente, algumas providências imediatas e enérgicas nesta Casa, para o restabelecimento do respeito e da ordem dos trabalhos, no próprio relacionamento dos integrantes que a compõe.

No plano partidário vão aí as recomendações: que as adotem medidas de orientação e recomendação aos seus membros, para necessidade de comportamento compatível com as regras de bons costumes e de respeito às pessoas e às instituições, indispensáveis à manutenção do processo democrático.

Na direção dos trabalhos desta Casa é bom que se saliente, que a Mesa Executiva, composta por vontade unânime dos Partidos aqui representados, mantenha a isenção exigida à preservação de sua própria autoridade, da qual, conscientemente necessitamos e à qual nos subordinamos em benefício dos fins desta Instituição.

No plano pessoal não devemos nos esquecer que o homem é a "exata dimensão de sua palavra". Não vale mais e nem menos do que ela; lembramo-nos que a palavra, como forma de energia da alma, promove, liberta e exorta quando dirigida em favor do bem. Quando em sentido oposto, destrói, escraviza e amesquinha a criatura humana.

Finalmente, ao Deputado Gabriel Manoel, a nossa solidariedade, o nosso reconhecimento pelas suas qualidades de homem público, que sempre soube, com as características e com as peculiaridades de sua personalidade não faltar à confiança de seu povo, tanto no amor à sua terra e na prestação de serviços, a sustentação dos seus cinco mandatos parlamentares nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Concedo-lhe o aparte, eminente Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Eu, comovido francamente, agradeço a Vossa Excelência, agradeço ao Deputado Artagão Mattos Leão e agradeço aos homens de boa vontade desta Assembléia e peço a Deus, na sua infinita bondade e misericórdia, que abençoe os homens de justiça.

Vossa Excelência, um intelectual que é, um intelectual voltado às causas justas. Vossa Excelência, em Ponta Grossa, soube resguardar os intelectuais e honestos, porque Vossa Excelência veio para esta Casa com uma votação maravilhosa.

Graças a Deus. Deus é pai, não pa padraсто. Hoje, temos em Vossa Excelência uma figura que ao discernir o bem do mal, uma figura, Deputado Odeni Mongruel sem querer bajular e sem querer jogar confetes, que engrandece a nossa bancada, uma figura que haveremos de dar uma dádiva como exemplo para a Bancada do PMDB. A bancada que clamava por justiça, a bancada, Sr. Deputado que tinha...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência comunica ao orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem) Esta Liderança concedeu quinze minutos ao Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência solicita desculpas de Vossa Excelência porque tinha entendido dez minutos. Então são quinze minutos.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Mas, a Liderança concede os demais quinze minutos para o Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência comunica o orador que se encontra na tribuna, que o tempo que lhe foi concedido está esgotado.

O SR. ODENI MONGRUEL — Concede-me mais cinco minutos?

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem) — Esta Liderança concedeu quinze minutos ao Sr. Deputado Odeni Mongruel, entretanto nós...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Pois não.

Esta Presidência solicita desculpas a Vossa Excelência, porque havia entendido, dez minutos. Então, são quinze minutos?

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — A Liderança concede os demais quinze minutos Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Muito obrigado.

O Sr. Gabriel Manoel — Se o Sr. Presidente me permite, reportando-me ao que eu estava dizendo:

Tínhamos, no nosso Governo, irmão de Deputado do PMDB, trabalhando honestamente e fazendo jus, e nem por isto foi preciso patrulha, para que ele fosse exonerado! Nós clamamos por justiça, Sr. Deputado, nós clamamos pela verdade e nos sentimos felizes neste instante, quando vemos Vossa Excelência proteger um homem talvez menos letrado, mas, um homem, Sr. Deputado, que veio aqui para defender os seus companheiros, e que letrados não são os homens que votaram nos intelectuais do PMDB, os homens que também, naquela eterna esperança mandaram, para aqui, homens para tripudiar, para sofismar e dizer babozeiras, Sr. Deputado.

Muito obrigado, eu lhe digo, de coração!

Haveremos, daqui a três anos, de mostrar quem está com a razão, porque não se engana o povo, muitas e muitas vezes, como dizia o grande Abraham Lincoln — engana-se um, dois, três ou quatro, mas não se engana o povo! E a patrulha, há de enganar o Sr. José Richa, mas não engana o povo, porque nós estamos hoje, com duas satisfações: uma, de ver o Deputado Alencar Furtado ser homenageado por esta Casa e com justa razão, outra, de vermos Vossa Excelência, hoje, defender os humildes, os homens que são tripudiados, homens como nós que não tiveram a felicidade de sentar nos bancos de uma Faculdade, mas temos a hombridade de honrar o nosso cargo!

Muito obrigado, Deputado.

Que Deus o proteja!

O SR. ODENI MONGRUEL — Obrigado, Sr. Deputado.

Agradeço o seu aparte, mas devo dizer que, nada mais fiz do que, interpretando a manifestação de vontade de alguns companheiros de bancada e por extensão, com certeza, da Bancada do PDS, e permito-me, inclusive, estender à Bancada da Situação porque ouvi manifestações de alguns companheiros daquela Bancada a respeito do ocorrido na tarde de ontem. Então, devo dizer-lhes que, também está inserido, na minha fala, uma atitude e uma ação em favor da nossa própria sobrevivência de homens públicos. Se desejamos que verdadeiramente o processo de abertura política caminhe para um fortalecimento das instituições sem o que a sociedade civil não se imporá, é indispensável, neste exato momento que, defendemos a nossa circunstância. E eu lembro, inclusive, também, aqui, o pensamento de Ortega Y Gasset: "Eu sou eu, e a minha circunstância — ou eu salvo a minha circunstância, ou eu não me salvo".

Obrigado, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Odeni Mongruel, considero-me

pontagrossense, mas seu oriundo da mesma região do ilustre Deputado Gabriel Manoel, pois nasci em Wenceslau Braz. Minha família tem profundos laços de amizade com a família e com o Deputado Gabriel Manoel, e eu tenho, Sr. Deputado, o Deputado Gabriel Manoel, no mais alto conceito e tenho certeza que toda a nossa Bancada também o tem, como já foi manifestado por várias e várias vezes. É evidente, nobre Deputado, e nós sabemos disto, que, no ardor de uma batalha verbal, muitas vezes podemos ser traídos, na ânsia de defendermos o nosso ponto de vista. Eu tenho certeza, o Deputado Gabriel Manoel sempre teve e terá o respeito de nossa bancada!

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço a Vossa Excelência, e, eu que também participei intensamente dos acontecimentos, ontem e que, em oito anos de Assembléia Legislativa foi a primeira vez que perdi um pouco da minha tranqüilidade, o que lamentei — não lamentei, porque afinal de contas eu acho que não disse nem uma palavra que viesse a honrar menos, esta Casa, mas o fiz, em alguns decibéis acima daqueles que a educação parlamentar me obrigaria a fazer.

Mas, gostaria de dizer o seguinte, Sr. Deputado, numa crítica assim bastante ampla e sem se dirigir a nenhum companheiro do PMDB, que a minha grande preocupação, a coisa que me aflige um pouco é que o quadro mudou. O PMDB que lutou tanto como partido pequeno, depois engrandecido e rebustecido por adesões dos mais variados e diferenciados: ideologia, filosofias, homens de todos os matizes vieram a se agregar ao PMDB, formando uma grande frente democrática e ganhar a eleição.

E ganharam de uma maneira indiscutível, seiscentos mil votos. Com seiscentos mil votos, Sr. Deputado, eles nos surraram. Nós não absorvemos totalmente essa derrota ainda, a qual a devemos de dezenas de fatores. Mas, temos que ter a humildade de reconhecer que, de uma forma bastante intensa, fomos derrotados.

Então, nós que fomos derrotados, Sr. Deputado, que deveríamos estar talvez cheios de ódio, porque perdemos posições que tínhamos conquistado, através do voto indireto, dos Governadores biônicos etc., etc., o Poder do Estado do Paraná e o perdemos, poderíamos estar sentindo a falta daquela condição que tínhamos de atender nossos Prefeitos, nossos Vereadores, o povo do nosso Interior. E nós estamos de certa forma nos adaptando rapidamente às novas condições de Oposição no Paraná.

Então, o que surpreende-me Sr. Deputado, é que alguns Deputados que eu defino como despreparados, estejam ainda com uma ansiedade, com uma vontade de destilar ódio como se nós estivéssemos ainda numa campanha política e como se ainda, eles não tivessem ganho o Governo do Estado.

Agora nós é que estamos na expectativa. Os Srs. Deputados do PMDB, trinta e quatro valorosos Deputados do PMDB, hoje são homens do Governo do Estado. Até ontem, eu ouvi da tribuna, uma confissão interessantíssima aos mais novos Deputados, que não saberão disso mas os mais velhos sabem disso perfeitamente. Quando o meu companheiro ilustre de Maringá, o Deputado Tadeu Bento França da tribuna, se justificava pela ausência de três ou quatro sessões, dizendo que estava com os seus Prefeitos a percorrer Secretarias. Eu dei aqui uma sonora risada interna, dizendo: "Chegou a sua vez não chegou Deputado?"

Porque quando nós não estávamos no plenário, há um ano atrás, Sr. Deputado Odeni Mongruel e Vossa Excelência também não estava aqui, nós éramos crucificados.

Porque nós não estávamos no plenário desta Casa, porque nós estávamos também com o ônus de ser governo que é acompanhar nossos Prefeitos, Vereadores e os homens do Interior às Secretarias de Estado. E ontem, o Deputado confessou isso, de uma forma tranqüila, de uma forma certa, de uma forma até ingênua, mas que é a realidade. Ele apenas está constatando do outro lado do balcão as verdades que é ser Governo.

Portanto, esses Deputados, que não é o caso do meu companheiro de Maringá, que vieram para cá despreparados, tentando ainda continuar a campanha de conquista de votos, o plenário aqui é muito pequeno, poucas pessoas nos assistem todas as tardes, poucos serão os votos a serem conquistados. Nós precisamos, Deputado Odeni Mongruel, um pouco mais de tranqüilidade, não de tranqüilidade na voz nem na discussão. Essa pode ser, repito, acalorada. Mas no sentido de agredir as pessoas, nós não precisamos dessa agressão mais.

Porque agora nós estamos em uma situação, em que nós queremos cobrar e Deus queira que o Sr. José Richa e sua equipe com excelentes homens que a compõe, tenham a daqui a quatro anos, um excelente serviço prestado ao Paraná.

Agora, precisamos, necessitamos, como bem disse Vossa Excelência para que esta instituição, para que este Poder tenha a sua integridade preservada, precisamos que aqueles mais novos sejam aconselhados pelos mais velhos de todas as bancadas, para que nós possamos levar a nossa sagrada missão que o povo do nosso Estado nos delegou, a bom termo.

E esta Assembléia tem a orgulhar, não fatos lamentáveis, mas tem a orgulhar, isto sim, os Anais repletos de discussões acaloradas também, mas todas visando o benefício do povo do Paraná.

Muito obrigado.

O Sr. Tadeu França — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Odeni Mongruel, o vosso pronunciamento foi todo ele pautado pela tranqüilidade e num apelo para que não haja ironias nesta Casa. Mas não foi Deputado da Bancada do PMDB que segundos atrás falou em sonora gargalhada. Pede-se, mas já se dá desde logo como virá de lá o comportamento deste ou daquele Deputado. Nós aqui na bancada neste momento, todos nós, tranqüilamente, e sem ironias, sem gargalhadas e muito menos sonoras gargalhadas. É o que eu digo, muitas vezes, no ardor do debate o Deputado pode ser traído.

O Sr. Gabriel Sampaio — Sr. Deputado Odeni Mongruel, permite-me explicar num minuto? (Assentimento)

Foi um mal entendido, Sr. Deputado, quando eu falei em gargalhada, foi no sentido de: "agora chegou a vez de vocês". Mas, não no sentido pejorativo da gargalhada. É que mudou as posições, Sr. Deputado. Eu agora estou no meu escritório, estou na minha sala e os telefonemas são poucos, porque nós não temos mais muita coisa a oferecer.

Agora, os gabinetes de Vossas Excelência é que estão abarrotados com problemas de emprego, de subempregos, de passagens, de bolsa de estudo, enfim, problemas das mais variadas procedências.

Mas, o meu amigo Deputado Tadeu França, compreenda que mudou a situação e não há nenhuma ironia nisso, absolutamente.

Eu quando confessava isso, ria na forma de dizer assim, chegou a vez dos homens que eram Oposição e agora têm o grave ônus de ser Situação. Nesse sentido só, sem nenhuma ironia.

O SR. ODENI MONGRUEL — Agradeço a intervenção de

ambos os Deputados e gostaria, apenas de complementar a minha exposição, na tarde de hoje, lembrando aqui a própria proposta que ouvi prazerosamente do Sr. Deputado Roberto Requião, dias atrás, quando destacou a necessidade de trabalharmos de maneira honesta, sadia, colocando em primeiro lugar os propósitos das comunidades que representamos.

Mas, tenho a certeza, pela maioria das pessoas que integram este Plenário, pelo que me foi dado a ver e sentir nesse pouco espaço de tempo, que vamos conseguir verdadeiramente um estado de equilíbrio indispensável.

Prefiro crer, talvez seja ingenuidade do educador que aqui chega agora, mas os homens com os quais contactei, fazem-me crer que vamos conseguir isso, é indispensável. Eu lembraria que se nós não alcançarmos esse clima, apenas ficaremos aqui em debates de questões pessoais e subjetivas, assuntos estereis.

Ainda quando da instalação da CPI sobre o estado de insolvência dos municípios, em contato com o Deputado proponente, eu disse a ele que via fundamentalmente o sentido pedagógico e ilustrativo e de conhecimentos que esta CPI por certo nos ensinará. E que procurava não me prender à miséria do comportamento inadequado e desonesto a quem, eventualmente traindo a si mesmo, traiu a confiança dos seus eleitores. O que não significa dizer-se que na minha expressão estivesse inserido uma forma de proteção a quem não merece ser protegido.

Mas, a minha preocupação, Sr. Presidente e Srs. Deputados dizia respeito, como diz agora e dirá sempre, ao efetivo funcionamento desta Casa, a fim de que ela alcançando os seus propósitos justifique o seu próprio processo existencial.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Sr. Deputado Odeni Mongruel, Vossa Excelência com a inteligência e o brilhantismo que pauta a sua vida pública, dá mais um depoimento ao Paraná, de sua capacidade, ao fazer as colocações tão judiciosas que Vossa Excelência acaba de fazer. Ouço também, com muita satisfação as manifestações tanto da Bancada do ilustre do PMDB, quando da Bancada não menos honrada do PDS, a respeito da disposição renovada de trabalhar por este Parlamento e, conseqüentemente, por este Paraná.

Esta tem sido a disposição de nossa bancada desde o primeiro dia, Sr. Deputado Odeni Mongruel. O primeiro pronunciamento que fiz, nesta Casa, na condição de instrumento da vontade da maioria dos Deputados do PDS, coloquei a nova missão que a urna reservou aos Parlamentares do PDS, afirmando que pretendíamos fazer oposição com crítica sim, mas com crítica construtiva. Afirmando que o nosso desejo era o que contribuir com o Estado do Paraná, mesmo discordando de posicionamento político dos eventuais ocupantes do Palácio Iguaçu. O que a Bancada do PDS não concorda, não concordou ontem e não concordará nunca, é a inconseqüência da afirmação que nós verificamos e ouvimos, às vezes, neste Parlamento.

Ainda hoje, o Sr. Deputado Fiori Luiz, ao fazer a sua análise pessoal a respeito das demissões do Governo José Richa, afirmou da tribuna desta Casa: todo o despedido pelo Governo José Richa foi ladrão dos cofres públicos.

Ora, é uma expressão no mínimo leviana de Sua Excelência, o Sr. Deputado Fiori Luiz. E contra estas colocações, e digo agora a minha opinião a respeito da afirmativa porque Sua Excelência não me concedeu aparte quando solicitei, porque naquela ocasião Sua Excelência falava muito mais para as galerias do que raciocinando em torno da afirmação que fazia e os eminentes Deputados do PMDB, após fazerem algumas colocações a respeito

da honestidade de homens públicos ilustres do Paraná, ficaram profundamente magoados, como demonstrou o Sr. Deputado Márcio Almeida, quando este Deputado vai à tribuna, e diz que está imperando no Governo José Richa o mesmo clima de clientelismo e de empreguismo que eles combatiam no Governo Ney Braga. E a afirmativa, Sr. Deputado, fiz na base de um ato de conhecimento público do Paraná, em que o Senador Álvaro Dias havia conseguido, junto ao Governador José Richa, a nomeação de um seu irmão, que não conheço, para a Presidência da Café do Paraná.

E Sua Excelência, o Deputado Márcio Almeida, vem a sofismar, quando é parente do Governador Ney Braga é "empreguismo" e quando é pretende de ilustres líderes do PMDB, é pela "competência pessoal".

Ora, Sr. Deputado, contra estas colocações é que a Bancada do PDS não pode concordar. Não ficará silente um minuto; é preciso ter responsabilidade ao fazer as colocações, nesta Casa, dos temas. Ficará gravado, "ad perpetua" e "in memoria" no Paraná, as colocações feitas. Não é possível admitir as colocações como as do Sr. Deputado Fiori Luiz.

Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. ODENI MONGRUEL — Obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lamenta mas seu tempo está esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, Líder do PDS, indicando os Senhores Deputados que irão compor a CPI dos Municípios. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 140/82, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a "CASA DO AGASALHO", com sede e foro em Curitiba. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zarusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alexandre Schemin, ocorrido no dia 11 de abril de 1983. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, pedindo informações sobre o plano de ampliação da rede de eletrificação rural para os Municípios de Cascavel, Corbélia, Catanduvas, Três Barras, Guaraniaçu, Laranjeiras do Sul, Boa Vista da Aparecida, Cafelândia do Oeste, Vera Cruz do Oeste, Braganey, Capitão Leônidas Marques e Céu

Azul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., encarecendo a abertura de uma agência no Distrito de Pinhal de São Bento, Município de Santo Antônio do Sudoeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde na localidade de Pinhal de São Bento, Município de Santo Antônio do Sudoeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do artigo "O Livro do Dr. Lauro Grein Filho pletoriza a "Hora de Lembrar". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. — (O artigo acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrarí Júnior, constante do expediente, solicitando que seja enviado expediente desta Casa ao Senhor Mário Forastieri e família, externando o profundo pesar pelo falecimento do jovem Nivaldo Forastieri. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa das notas emitidas pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. — (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando que se envie à Sra. Secretária de Educação para que a mesma envie esforços no sentido de implantar Colégio Agrícola no Município de Fênix. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando que se envie expediente ao Sr. Presidente da COPEL para que o mesmo envie reforços no sentido de ampliação de rede de iluminação pública em diversos setores no Município de Ubatã. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando a transcrição nos anais da Casa, do memorial publicado no jornal "A Gazeta do Povo". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. (O memorial acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando que seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Diretor do DER, no sentido de viabilizar a construção de uma passagem inferior, no acesso Cambé-Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, consubstanciado em sugestão no sentido de que as cidades de Cambé e Ipirorã, sejam elevadas à categoria de Entrância Intermediária. — Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz,

constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da CAFÉ DO PARANÁ, em forma de pedido de informações sobre qual o montante de dívidas pendentes na CAFÉ DO PARANÁ; quais os motivos da não execução e demais itens. Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, com a finalidade de solicitar àquela autoridade administrativa, sejam envidados esforços no sentido de evitar-se a construção do novo terminal rodoviário, no Município de Engenheiro Beltrão. — Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que se tome providências visando a criação de um Distrito Rodoviário no Município de Ivaiporã. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando veemente apelo às Lideranças dos Partidos Políticos, junto ao Congresso Nacional e nas diversas unidades da Federação, no sentido de que manifestem o seu mais irrestrito apoio, à realização de eleições diretas para a Presidência da República. — Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações referente a funcionários públicos da administração direta e indireta que foram demitidos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Tércio Albuquerque para completar a representação do PDS na CPI da Saúde. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Ezequias Losso, em sessão do dia 14 de abril de 1983.

O livro do Dr. Lauro Grei Filho pletoriza a "Hora de Lembrar"

Valfrido Piloto

(Da Academia paranaense de Letras)

Resultou numa incomum e até especialíssima festa de inteligência e de prestígio social, o lançamento do livro do Dr. Lauro Grein Filho, sob título que, aliás, nos parece alvissareira promessa: "Hora de Lembrar". Deve, o autor, no enfiado pináculo de uns nada torturantes 61, estar propenso a obedecer

aos caprichos de Cronos

Todos nós o aconselharíamos a fazer-se alheio aos advertentes tique-taques desse ditador da nossa duração. Pelo menos isso, pois é imensa a nossa precariedade em evitarmos certas sentenças, e exatamente o Dr. Grein, por ser um bom médico, sabe como esses desígnios, não raras vezes, se apresentam irreversíveis. Todavia, se o nosso propósito é que o memorialista não se convença de velheira, por outro lado aproveitaremos continue ele narrando, e seu evocar seja como este seu redigir, facultando-nos muitos momentos de enlevo, de sugestivos devassamentos, de valorização dessa tangenciante mas prodigiosa mestra que é a vida.

Previne, o autor, tratem-se de “crônicas escritas e publicadas de 1975 a 1981”. De fato, escoavam-se sóis e fatos, e o preovecto esculápio, sem se eximir de nenhuma conjuntura profana, e seguindo, à risca, o seu modelar critério de utilidade, foi tecendo sua palavra. Quando se apercebeu, pôde selecionar meia centena de passos numa estrada que já sabíamos reta e fecunda, e da qual, agora, somos levados a ter a focalização de tantos instantâneos, tantas contrições, tantas preocupações de amor e de justiça ao próximo, a ponto de podermos proclamar este livro como um dos mais pulsantes e preciosos da literatura paranaense.

Talvez os patrocinadores do lançamento considerassem estar proporcionando a um cronista sair da sua modéstia. Mas o que estavam era dando cobertura a um vero escritor, a deixar de lado, um pouco, o avental branco e o bisturi, para vir mostrar como brandiu sua pena de ouro, sempre vincando como exemplos perenes: fatos, homens, amarguras, alacridades, e, uma vez ou outra, aparentes nada que são tudo. De parabéns, portanto, a Cruz Vermelha do Paraná, a Sociedade Brasileira de Médicos Escritores, a Academia Paranaense de Medicina, o Centro de Letras do Paraná, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, o Pen Clube do Brasil, o Lions Clube, o Clube de 21 Irmãos-Amigos e a Turma “Petit Carneiro”, da Universidade do Paraná.

Sentiu-se, também, com obrigações muito sérias e afetivas, o Centro Castrense de Curitiba, pois a “Rainha do Iapó” — presente numa comissão à cuja frente estavam o General Nelson Cruz, o Sr. Ismail Macedo e outras personalidades representativas da alma de Castro — teve a generosidade de acolher, em 1945, o médico de 23 anos, “formado em Curitiba, especializado no Rio, e que procurava o início da carreira”.

Daí a pouco, já as irmãs do Hospital promoviam festa em grande estilo, para homenagear aquele jovem diretor profundamente responsável e construtivo, o qual respondia, igualmente, pelas direções do Preventório Infantil “Manoel Ribas”, do Posto Estadual de Higiene e do Serviço Médico da Escola Rural “Olegário Macedo”. Logo depois, viria a sua candidatura à presidência do vistoso Clube União e Progresso, e desdobraram-se quantas honrarias existentes no decorrer dos seus 15 anos de permanência naquele histórico paraíso ribeirinho.

O próprio Dr. Lauro Grein Filho, porque é grato a tudo isso, não deixa de especificar, além daqueles cargos: “Fui diretor do “Castro-Jornal”, vice-presidente do P.S.D., professor e médico do Ginásio, vice-presidente e médico do Caramuru, vice-presidente da Rinha Castrense, Festeiro do Divino, Noveneiro de Sant’Ana, vereador, presidente da Câmara e vice-presidente do Lions”... “Perdi e ganhei eleições, joguei volei no Areião, com o Aranha e a turma do Quartel, tênis com o Bube, o Armando e o Paulo, brigas de galo com o Anselmo, o Fritz e o Juvenal, boliche com o Palhares, o Dácio e a turma dos alemães, ping-pong com o Fred, o Edu e Urias, pôquer com o Edmundo, o Naldi e o Tonico Marques, xadrez com o Kaled, o Geisler e o Dibaldo, futebol do time dos solteiros”... “Torci pelo Caramuru e pelas Araras, aprendi e esqueci alemão, ameí e fui amado, elogiado e combatido, flertei, namorei, noivei, casei”.

A esta última benesse ele exalta, sempre, em qualificativos que são ornamentos excelsos, situando em invejáveis privilégios sua esposa, D. Zirce Rolim Grein. Para Castro, ele “fora para seis meses. Estava há 15 anos. Fora solteiro. Estava casado e com quatro filhas: Lúcia, Suzana, Maria e Marisa. Vania veio depois” (p. 230).

Em 1960 é que deixa Casrro — “Nas efusões das despedidas houve jantar no Clube, com presentes, discursos, lágrimas e emoções. Castro é uma terna e inesquecível página de minha existência”. E hoje, quando recorda, “invade-me a todo instante um turbilhão de lembranças e saudades”. (P. 230).

Era cidadão de duas cidades, com ensaios para se curitibanizar até à medula. “Em Rio Negro nasci, e vivi os cinco primeiros anos da existência, o suficiente para amá-la e ternamente recordá-la, berço de meus antepassados paternos, até à figura de Pedro Grein, tataravô alemão, integrante da primeira leva de colonos” (p. 249), isto é, dos chegados em 1829.

Não conhecera o avô paterno, Miguel José Grein, “Ilustre cidadão, chefe político e deputado, falecido muito antes de meu nascimento”, mas desfrutou, diremos nós, o inigualável influxo dos pais — um Grein de reconhecido descortino em administração industrial e de ilibado proceder, e de enlace a uma primorosa expressão do Saboias. O avô materno, esse o autor conta haver frequentado, e era o respeitável Josino Saboia, cuja memória se constitui em patrimônio da Lapa, “comerciante e artesão, de larga prole e longa vida estendida até aos 86 bem vividos e bem contados (1860-1946)”... “Alcansei-o já na casa dos 70, calvo e enrugado”, porém, “era guapo, saudável e bem disposto, não fugindo à gabolice etária de “não se trocar por nenhum mocinho de 18” (ps. 177-8).

Defluem todos esses pormenores através das trezentas e tantas páginas deste atraente, leve, bem ideado e otimamente impresso volume em que, como sempre se esmerou a Editota Lítero-Técnica, sendo de Justiça calorosos elogios à diretora Ivonete Secon e à miraculosa perícia de Alfredo Nogueira. O texto, por sua vez, é estruturado em translúcido estilo, em linguagem perfeitamente adequada às variações do que há a lembrar ou comentar. Ao ser merecidamente chamada como apresentadora do livro, a nossa arguta e decisiva, a nossa insuperável Helé Vellozo Fernandes — HÉL, foi nítida, em certo ponto do prefácio: “O Dr. Lauro Grein Filho acrescentando nomes e datas, salienta fatos, trasformando o comentário em crônicas de conteúdo histórico, dando-lhe a existência dentro de um tempo e dum espaço próprios” (p. 8).

Aqui em Curitiba, Lauro Grein Filho surgira desde os seus seis anos, quando levado pela genitora à escola de D. Carola Moreira. O método, as salas de aula, os modos da notável preceptora, se erigem à nossa frente, como que por artes de uma saudade e de um talento de verdadeiro escritor. Depois, os dados para as bisbilhotices da biografia e da história. “Médicos, engenheiros, advogados, dentistas, agrônomos, militares, presidentes do Curitibano, do Jôquei e da Boca, Secretários de Estado, prefeitos, deputados, professores, etc.” — o autor destaca-os pelo nome, em quase toda uma página. E de tal forma o faz, que um ou outro esquecido — como a então meninota Lúcia Ribeiro de Moura, hoje minha esposa, e o adolescente agora preclaro jurista Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, — têm razão em lastimar.

Do regaço de D. Carola às agruras da Universidade, funciona esplêndido o “filme caleidoscópico” a que alude, também, a nossa meticulosa HÉL. A turma ginásial é a do Novo Ateneu em 1938 e a dos excelentíssimos senhores graduados em Medicina encerrava o ano de 1943. Na maioria ambos os grupos quase do mesmos. Eram legionários cuidadosos, aplicados, postos em neutralidade diante de vícios, e galgando posições, honrando simplicidades ou grandezas de família. Como esse que agora aí vê emergir a sua “hora de lembrar”. E pode lembrar do alto de magníficos postos na sua vitoriosa carreira médica e a sua relevante proficuidade de cidadão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, em sessão do dia 14 de abril de 1983.

"GAZETA DEFENDE O FORTALECIMENTO DO PARANÁ

O governador José Richa recebeu em audiência na última segunda-feira, o jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, diretor da Gazeta do Povo, oportunidade em que expôs ao visitante a sua preocupação com os problemas atuais — preocupação com os especialmente com relação ao desemprego — bem como, conforme vem fazendo, solicitou as sugestões e propostas. O jornalista Francisco Cunha Pereira Filho elogiou o acerto das medidas já tomadas pelo governo com relação ao assunto, mostrou os números que provam o potencial agrícola do Paraná, e lembrou diversas outras propostas que vêm sendo feitas com o objetivo de fortalecer o Estado.

O convite havia sido realizado na semana passada, quando o governador José Richa reuniu os secretários e líderes sindicais para ouvir as sugestões e propostas no tocante ao delicado tema atual — o desemprego. No entanto, em vista de compromissos inadiáveis, a audiência foi transferida e realizada dentro do espírito do novo governo de ouvir e prestigiar as lideranças paranaenses.

O governador ouviu com interesse especial as informações sobre os números comparativos da agricultura paranaense. Também se inteirou em detalhes das propostas que diminuiriam a tensão social gerada pelo desemprego, como o aceleração da construção da Ferrovia da Soja — que vai gerar empregos por um lado e garantir o transporte da imensa safra paranaense; a construção do gasoduto brasileiro-argentino e do "linhão" de Itaipu, entre outros itens, constantes do Memorial preparado pela Comissão de Alto Nível, em reunião histórica realizada na Federação das Indústrias em setembro de 1981. Além disto, demonstrou especial atenção à proposta de um revigoramento político do Paraná através de uma campanha de alistamento eleitoral, com o objetivo de tornar o Estado um colégio eleitoral ainda mais forte e em especial — no momento em que se discute a possibilidade de eleições diretas para a presidência da República — a união dos grandes e influentes nomes paranaenses, como Jayme Canet Jr., Ney Braga, José Richa, Ivo Arzua, Noel Lobo Guimarães, Paulo Pimentel, Alencar Furtado, Hermes Macedo, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, Ítalo Conti, Reinhold Stephanes, Mário Stadler de Souza, Léo de Almeida Neves, Hosken de Novaes, João Mansur, Karlos Rischbieter participar, discutir — menos se fazer presente como candidato à vice-presidência nas eleições que vão marcar a sucessão presidencial.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Airton Cordeiro, em sessão do dia 13 de abril de 1983.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ

NOTA À IMPRENSA

A Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, com a presença do Secretário de Imprensa, jornalista Ênio Malheiros, foi recebida ontem à tarde em audiência pelo Governador José Richa, oportunidade em que levou ao Chefe do Poder Executivo reivindicações e preocupações da classe:

1 — Reiterou ao Governador a solicitação de livre acesso dos jornalistas às fontes oficiais de informação, sem a adoção de medidas que possam dificultar a busca ou coleta de informações pelos profissionais.

Em resposta, o Senhor Governador garantiu

liberdade de imprensa, afirmando preferir pecar por excesso de liberdade do que usar qualquer tipo de censura.

2 — Levou ao Chefe do Executivo o pedido de cumprimento da legislação profissional pelo Governo do Estado com relação aos jornalistas que empregam em suas assessorias de Imprensa, e veículos que possui ou venha a explorar, tais como Rádio Estadual, TV Educativa, Imprensa Oficial e outros, quer da administração direta ou indireta.

O Sindicato pediu respeito à exigência da habilitação profissional, remuneração não inferior ao piso salarial, jornada regulamentar de trabalho, criação do quadro de jornalista, solução para o problema dos concursados e eliminação do credenciamento paralelo nas coberturas jornalísticas, impondo-se como único documento a ser exigido a prova de habilitação profissional de jornalista.

O Senhor Governador garantiu seu propósito de atender e fazer cumprir a legislação específica da Categoria.

Curitiba, 04 de abril de 1983.

A DIRETORIA

Diante desses fatos e na única e exclusiva salvaguarda dos profissionais, da liberdade de Imprensa, e do que preceitua o art. 1º da Lei de Imprensa ("é livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio e pelos abusos que sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer"), esta Entidade de classe:

a) — Repudia em tese qualquer cerceamento, impedimento ou manobra com vistas a dificultar o trabalho profissional do jornalista e seu acesso às fontes de informação, independentemente da empresa a que ele sirva;

b) — Discorda e incrimina também em tese a exploração de notícias com interesses subalternos e a utilização do profissional jornalista para este fim, uma vez que a fidelidade à empresa que ele serve não deve prejudicar a observância dos princípios éticos da profissão;

c) — Reitera seu pedido ao Senhor Governador do Estado, estendendo-o a todos os integrantes do Governo, no sentido de que não sejam os jornalistas impedidos ou dificultados em seu trabalho de procura ou coleta de informações que a sociedade tem o direito de conhecer;

d) — Demonstra seu voto de confiança ao Senhor Secretário de Imprensa, na esperança de que ele faça prevalecer a orientação de respeito ao trabalho dos jornalistas, não os identificando ou segregando pelas empresas a que sirvam;

e) — Orienta publicamente a todos os associados a que comuniquem ao Sindicato, através de relatório escrito, toda vez que tiverem impedido ou dificultado intencionalmente seu direito constitucional de exercício da profissão, para que tais fatos sejam levados à discussão e denúncia pública;

f) — Solicita a todos os cidadãos, revestidos de autoridade ou não, a que, em primeiro plano, se façam valer do direito de resposta, sempre que se considerarem ofendidos, injuriados ou prejudicados indevidamente por matéria jornalística, uma vez que nenhum profissional cômico de sua responsabilidade e compromisso com a comunidade haverá de negar esse direito, frustrando a manifestação de opiniões divergentes e impedindo o debate sereno.

Curitiba, 29 de março de 1983.

DISIDÉRIO PERON

Presidente

NOTA À IMPRENSA

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, diante dos últimos acontecimentos envolvendo setores da Imprensa, vem a público, através de seu presidente, para informar os seguintes fatos:

1 — Em 04/03/83, como parte da comissão de lideranças sindicais de trabalhadores, foi entregue um memorrial ao

então Governador eleito José Richa onde figura a reivindicação de livre acesso dos jornalistas à fontes de informação, "para que possam, com liberdade de Imprensa, fornecer informação cristalina e correta à sociedade".

2 – A mesma reivindicação foi entregue ao então nomeado Secretário de Imprensa do Governo, jornalista Ênio Malheiros, que assegurou à Diretoria do Sindicato sua posição em defesa da mais ampla liberdade de Imprensa.

3 – Em razão dos últimos acontecimentos, tornados públicos, envolvendo uma profissional a serviço da TV Iguaçu, Canal 4, e outros assuntos de relevante interesse da Categoria, a Diretoria do Sindicato resolveu solicitar audiência com o senhor Governador, já marcada para a tarde do dia 04/04.

4 – A edição de 29/03 de "O Estado de São Paulo" traz matéria em que literalmente se afirma que os repórteres dos jornais "O Estado do Paraná", "Tribuna do Paraná", TVs

"Iguaçu" e "Tibagi" estão sujeitos a enfrentarem dificuldades quando tentarem entrevistar o Governador, seus secretários, ou qualquer outra autoridade do Governo estadual".

5 – O Secretário de Imprensa do Governo, procurado telefonicamente na manhã de 29/03, assegurou ao presidente do Sindicato não existir tal orientação.

6 – É do conhecimento do Sindicato, conforme queixas traduzidas por associados pertencentes às empresas licitadas, que algumas autoridades, efetivamente têm dificultado seu trabalho jornalístico. Alguns repórteres já receberam a informação de que eles somente não serão evitados em entrevistas coletivas ou quando for impossível impedir, como por exemplo, em ambientes públicos, na chegada do aeroporto. Houve também casos de pura negativa de conceder entrevista pelo fato de pertencer o jornalista a determinada empresa.